

PROPOSIÇÕES SOBRE A REFORMA ADMINISTRATIVA - INFRACONSTITUCIONAL

MANIFESTO FIESP

PROJETO	AUTORIA	SITUAÇÃO	EMENTA	FOCO
PL 2721/2021 vinculados: SF-PLS 449/2016, CD-PL 6726/2016	Substitutivo da Câmara dos Deputados – Senado Federal	Matéria com a relatoria desde 17/11/2023 – Senador Eduardo Gomes	Identifica, nos termos do § 11 do art. 37 da Constituição Federal, as parcelas não sujeitas ao limite remuneratório previsto no inciso XI do caput e nos §§ 9º e 12 do art. 37 da Constituição Federal; e dá outras providências	PL dos Supersalários: regulamentação do limite remuneratório do servidor público, conforme o artigo 37 da Constituição Federal. O objetivo principal é definir quais parcelas não se submetem ao teto salarial do funcionalismo público, buscando coibir remunerações que ultrapassem esse limite por meio de adicionais e benefícios
PL 2481/2022	Senador Rodrigo Pacheco (PDS/MG)	Aguardando inclusão em ordem do dia – PLEN desde 23/01/2025	Reforma da Lei nº 9.784/99 – Lei de Processo Administrativo	Anteprojeto de lei ordinária para a reforma da Lei nº 9.784/99 (Lei de Processo Administrativo), apresentado pelo Relatório Final da Comissão de Juristas responsável pela elaboração de anteprojetos de proposições legislativas que dinamizem, unifiquem e modernizem o processo administrativo e tributário nacional, instituída pelo Ato Conjunto dos

				Presidentes do Senado Federal e do Supremo Tribunal Federal nº 1/2022.Regula o processo e o procedimento administrativo no âmbito da Administração Pública direta e indireta.
PL 4888/2019	Eduardo Cury - PSDB/SP , Alessa ndro Molon - PSB/RJ	Aguardando Designação de Relator(a) na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)	Dispõe sobre a Governança da Ordenação Pública Econômica.	O PL pretende estabelecer normas gerais de governança para a edição, revisão e aplicação de normas específicas de direito econômico. Seu objetivo central é aprimorar a eficiência regulatória, reduzir a burocracia e garantir segurança jurídica na atuação estatal sobre atividades econômicas privadas. Prevê a classificação das atividades privadas por níveis de risco, considerando a probabilidade de incidentes e danos, para definir e graduar a imposição de deveres, fiscalização e sanções administrativas. Além disso, estabelece a obrigatoriedade de revisão constante das normas para reduzir sua quantidade e os custos para os administrados e para a sociedade.

PL 5473/2019 vinculado ao SF-PLS 129/2017	Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG)	Aguardando designação de relação na Comissão de Administração e Serviço Público (CASP) desde 23/03/2023	Altera a Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, para dispor sobre os efeitos do silêncio da administração no processo administrativo	Diz respeito a morosidade e falta de responsabilização pelo descumprimento de prazos no processo administrativo. Propõe alterações na Lei nº 9.784/1999 para combater a morosidade nos processos administrativos, garantindo prazos mais rígidos e responsabilização por omissão. Caso a autoridade não decida dentro do prazo, o processo será automaticamente enviado ao superior hierárquico. Além disso, prevê punições para agentes públicos que atrasem deliberadamente a tramitação e estabelece que processos que dependem de múltiplos órgãos não fiquem paralisados por falta de um parecer
PL 887/2024	Senadora Eliziane Gama (PSD/MA)	Aguardando designação do relator desde 03/04/2024.	Altera a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação), e dá outras providências, para promover a divulgação de informações de interesse público sobre a composição de cargos de órgãos e entidades do Poder Público.	Propõe mudanças na Lei de Acesso à Informação (LAI) para garantir maior transparência sobre a composição dos cargos públicos, respeitando a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).